ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prólogo XIII

LIVRO I
FILOSOFIA E FILOSOFIA DO DIREITO

Parte I
FILOSOFIA E FILOSOFIA DO DIREITO

Capítulo 1 – Filosofia 3
1.1. Conceito de Filosofia 3
1.2. As Disciplinas de Filosofia 7
1.2.1. Metafísica 7
1.2.1.1. O que é Metafísica 7
1.2.1.2. Divisão da Metafísica 7
1.2.1.3. Importância da Metafísica 8
1.2.1.4. As vicissitudes de uma longa caminhada 8
1.2.1.5. Matéria ou espírito 9
1.2.2. Filosofia do conhecimento 10
1.2.2.1. Distinção dos antigos 10
1.2.3. Filosofia ética e moral 13
1.2.3.1. O significado dos conceitos 13
1.2.3.2. Qual o grande ponto de partida da Filosofia ética? 14
1.2.4. Filosofia política 16
1.2.4.1. Supremacia da política 16
1.2.4.2. Montesquieu 18
1.2.5. Filosofia da arte 20
1.2.5.1. Que é o belo? 20
1.2.5.2. Várias definições do belo 20
1.2.6. Filosofia do homem 22
1.2.6.1. Que é o homem? 23
1.2.7. A palavra "filosofia" 25
1.2.7.1. Filosofia e ideologia 26
1.2.7.2. O exemplo dos filósofos 26
1.2.7.3. Sem consciência não há ciência 27
1.2.7.4. Há sabedoria e sabedoria 27

Parte II
A AVENTURA DA FILOSOFIA

Capítulo 2 – Filosofia do Direito 33
2.1. Conceito de Filosofia do Direito 33
2.2. Da Justiça 36

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.2.1. Premissas 36
2.2.2. A virtude cardeal da justiça 38
2.2.3. A justiça e a ordem jurídica 39

Parte III
HISTÓRIA DA FILOSOFIA DO DIREITO

Capítulo 3 – História da Filosofia e do Direito 45
3.1. Os Pré-Socráticos 45
3.1.1. Premissas 45
3.1.2. Notáveis pré-socráticos 46
3.1.3. Escólio – Os pré-socráticos, os sofistas e o Direito 48
3.2. Os Socráticos 48
3.3. As Lições de Direito de Platão 49
3.3.1. Escólio 53
3.4. As Lições de Direito de Aristóteles 55
3.4.1. A origem do Estado 55
3.4.2. Finalidade do Estado 55
3.4.3. Da equidade 56
3.4.4. Relações entre o Estado e o indivíduo 57
3.4.5. Outras contribuições de Aristóteles 58
3.4.6. Conclusão final 59
3.5. Os Pós-Socráticos 60
3.5.1. Os cínicos 60
3.5.2. Os estoicos 60
3.5.3. Os epicureus 61
3.5.4. O neoplatonismo 62
3.5.5. Por uma Filosofia do Direito 62

LIVRO II
O QUE DEVEMOS SABER DO DIREITO ROMANO

Parte I
O DIREITO ROMANO DO IMPÉRIO ROMANO OCIDENTAL

Capítulo 1 – Época da Realeza (De 753 a.C. a 510 a.C.) 67
1.1. O Direito Romano Arcaico (Ius Civile ou Direito dos Quirites) 67
1.1.1. A população primitiva da Realeza 67
1.1.2. Instituições políticas da Realeza 68
1.1.2.1. O rei 68
1.1.2.2. O Senado Romano 69
1.1.2.3. As assembleias populares (= *comitia*) 69
1.1.2.4. Os sacerdotes 69
1.2. O Colégio dos Áugures 70
1.2.1. *O ius civile* (ou Direito dos Quirites) 70
1.2.1.1. Fontes do *ius civile* 71
1.3. Escólio – Época da Realeza (De 753 a.C. a 510 a.C.) 71

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo 2 – Época da República. Direito Pretoriano (De 510 a.C. a 27 a.C.) 73
2.1. O Direito Romano durante a República 75
2.1.1. Direito pretoriano 75
2.1.2. *Ius gentium* 75
2.2. Fontes do Direito Romano Pré-Clássico 75
2.3. Escólio 79

Capítulo 3 – Época do Principado (De 27 a.C. a 284 d.C.) 81
3.1. O Período Clássico 81
3.2. Instituições durante o Principado 82
3.3. A Jurisprudência durante o Principado – *Ius Respondendi ex Auctoritate Principis* (Direito de Resposta por Autorização do Príncipe) 83
3.3.1. Juristas privilegiados pelo príncipe 83
3.4. Escolas de Jurisprudência 84
3.4.1. A "Escola" Proculeiana 84
3.4.2. A "Escola" Sabiniana 85
3.5. Fontes do Direito Romano no Principado 85
3.6. Observação Final 87
3.7. Escólio 87

Capítulo 4 – Época do Dominato (De 284 d.C. a 565 d.C.) 91
4.1. Instituições Políticas do Dominato 92
4.1.1. Cargos de confiança 92
4.1.2. Cargos do Estado 92
4.1.3. Cargos da Magistratura 92
4.1.4. Senado 92
4.1.5. Assembleias populares 93
4.2. Fontes do Direito durante o Dominato 93
4.3. Escólio 93

Capítulo 5 – O Direito Romano até o Fim do Império Romano Ocidental (476 d.C.) 95
5.1. Decadência do Império Romano – Decadência do Direito Romano 95
5.1.1. Os primeiros códigos 96
5.2. Nova Etapa da História de Roma – Nova Etapa do Direito Romano 97

Capítulo 6 – O Direito Romano após a Queda de Roma 99
6.1. O Império Bárbaro do Ocidente 99
6.1.1. Lei Romana dos Visigodos (*Lex Romana Visigothorum*) 99
6.1.2. Lei Romana dos Burgúndios (*Lex Romana Burgundiorum*) 100
6.1.3. Édito de Teodorico (*Edictum Theodorici*) 100
6.1.3.1. A presença da Igreja 100
6.1.3.2. O Sacro Império Romano 102
6.1.4. Código dos Francos (*Lex Salica*) 104

Parte II
O DIREITO ROMANO NO IMPÉRIO ROMANO ORIENTAL

Capítulo 1 – De Constantino Magno a Justiniano (De 337 a 567 d.C.) 107

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1.1. A Ideia do Código de Justiniano 107
1.2. O Código de Justiniano 109
1.3. Conclusão 110
1.4. Escólio 112

Capítulo 2 – O Direito Romano depois de 1453 119
2.1. Da Queda de Constantinopla ao Direito Canônico 119
2.1.1. A presença da Igreja 119
2.1.2. O Direito e a Escolástica 124
2.1.3. Santo Tomás de Aquino 125
2.1.3.1. A política (segundo Santo Tomás) 128
2.1.3.1.1. Da origem e da natureza do Estado 128
2.1.3.1.2. Formas de governo 128
2.1.3.1.3. Relações entre Estado e Igreja 128

Capítulo 3 – O Renascimento do Direito Romano 131
3.1. A Escola de Bolonha 132
3.2. A Escola dos Pós-Glosadores 133

Capítulo 4 – Etapa do Direito Romano como Caricatura (A partir de 1250) 135

Capítulo 5 – Reações contra o Direito Absolutista 139
5.1. O Jusnaturalismo Moderno 139
5.1.1. Hugo Grócio (1583-1645) 139
5.1.2. Christian Thomasius (1655-1728) 141
5.1.3. Samuel Pufendorf (1632-1694) 141
5.1.4. Os escritos de G. W. Leibniz (1646-1716) 142
5.1.5. Os escritos de Christian Wolff (1679-1754) 142
5.1.6. Conclusões (que precisam ser guardadas) 142
5.2. A Separação dos Poderes 143
5.2.1. Montesquieu (1689-1755) 143
5.2.1.1. Qual o "espírito" das leis? 143
5.2.1.2. O sentido da obra de Montesquieu 144
5.3. As Teorias da Soberania Popular 144
5.4. Os Escritos Modernos (De Thédore de Bége a Rousseau) 145
5.5. Escólio – A Escola de Salamanca 148
5.6. Conclusão 149

Capítulo 6 – O Direito Romano após o Fim do Absolutismo 151
6.1. Os Humanistas (A partir do Século XVI) 151
6.2. Escola Histórica do Direito (Séculos XVIII-XIX) 153
6.2.1. Balanço final 155
6.3. As outras Escolas 155
6.3.1. Escola dos Práticos 155
6.3.2. Escola Jusnaturalista 155
6.3.3. Escola dos Pandectistas 156
6.3.4. Escola da Exegese (século XIX) 157
6.3.5. Escola da interpretação livre (século XIX) 158

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo 7 – O Direito Romano e o Brasil 161
7.1. Até a Independência de Portugal 161
7.2. As Ordenações 162
7.2.1. O domínio muçulmano e a Reconquista cristã 162
7.3. Divisão das Ordenações Afonsinas (Seguindo o Paradigma dos *Decretais* do Papa Gregório IX) 163
7.3.1. Fontes das Ordenações Afonsinas 163
7.3.2. Estrutura judiciária das Ordenações Afonsinas 163
7.3.3. Os Tribunais Colegiados 164
7.3.4. O Papel do Rei na Justiça 164
7.3.5. Conclusão 165
7.4. As Ordenações Manuelinas 165
7.5. As Ordenações Filipinas 166
7.6. O Brasil Holandês 168
7.6.1. Após o Brasil Holandês 170
7.7. Conclusão 172

Conclusão do Livro II 175

Apêndice – Glossário de Direito Romano 177

LIVRO III
DIREITO E ILUMINISMO

Capítulo 1 – O Iluminismo 237
1.1. A Primeira Confrontação 237
1.2. A Segunda Confrontação 237
1.3. A Terceira Confrontação 238
1.4. A Quarta Confrontação 240
1.5. A Quinta Confrontação 241
1.6. Conclusão 242

Capítulo 2 – Iluminismo e Direito 245
2.1. O Primeiro Grande Momento do Direito na Época do Iluminismo. A Luta contra o Absolutismo 245
2.2. O Segundo Grande Momento do Direito na Época do Iluminismo. Surgimento do Direito Penal Moderno 245
2.2.1. As ideias de Beccaria 246
2.3. O Terceiro Grande Momento do Direito no Iluminismo. Os Direitos Humanos . 248
2.4. O Quarto Grande Momento do Direito no Iluminismo. Era das Revoluções 249
2.4.1. A Revolução Francesa 250
2.5. O Quinto Grande Momento do Direito no Iluminismo. O Código de Napoleão .. 251

Capítulo 3 – O Direito de Kant 255
3.1. A Liberdade é o Fundamento da Justiça 255
3.1.1. O que não é a liberdade para Kant 255
3.1.2. O que é liberdade para Kant 255
3.1.3. Escólio 257

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3.1.4. Conclusão 258
3.2. A Justiça é o Fundamento do Direito 259
3.2.1. A Justiça é ordem 259
3.2.2. Justiça e igualdade 259
3.2.3. Justiça é liberdade 259
3.2.4. Justiça é coação 259
3.3. O Direito é a Razão de Ser do Estado 260
3.3.1. A teoria do contrato 261
3.3.2. A teoria do matrimônio 261
3.3.3. Sobre o Estado 261
3.3.4. O Direito Público de Kant 262
3.4. Somente o Estado de Direito Garante a Paz Universal 263
3.4.1. Artigos preliminares para a paz perpétua 265
3.4.2. Artigos definitivos para a paz perpétua entre nações 267
3.5. Conclusão 267
3.6. Resumindo 268

Capítulo 4 – O Direito de Hegel 269
4.1. A Filosofia de Hegel 269
4.2. O Direito de Hegel 270

Capítulo 5 – Mais uma Filosofia do Direito do Século XIX – O Positivismo Jurídico de Auguste Comte (1798-1857) 273
5.1. A Filosofia Positivista 273
5.2. O Positivismo Jurídico 274
5.3. Entrechoque entre Positivistas e Jusnaturalistas 276
5.4. Escólio – Positivismo no Brasil 278

Capítulo 6 – Mais uma Filosofia do Direito do Século XIX – Baruch de Espinosa (1632-1687) 281
6.1. Até o Tratado 281
6.1.1. O Tratado Político 282
6.2. Conclusão 287

Capítulo 7 – Mais uma Filosofia do Direito do Século XIX – Karl Marx (1818-1883) 289
7.1. Hegeliano de Esquerda 289
7.2. O que é Sociedade Civil? 289
7.3. Direito e Materialismo Histórico 290
7.3.1. Direito como dominação de classe 291
7.4. Observações Críticas 292
7.5. Escólio 297

Capítulo 8 – As Filosofias de Direito do Século XX – Hans Kelsen (1881-1973) 307
8.1. A Teoria Pura do Direito – O Jurista e seu Tempo 307
8.2. O Itinerário de Kelsen 308
8.3. Gênese da "Teoria Pura do Direito" 309
8.4. A "Teoria Pura" 311
8.4.1. Sanção, norma jurídica e norma fundamental 312

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.4.1.1. Direito 312
8.4.1.2. Normas estáticas e normas dinâmicas 312
8.4.1.3. Norma primária e norma secundária 313
8.4.1.4. Hierarquia das normas 313
8.4.1.5. Direito subjetivo e Direito objetivo 313
8.4.1.6. Validade e eficácia 313
8.4.2. Observações críticas 314

Capítulo 9 – Existencialismos e Direito 317
9.1. As Filosofias Existencialistas 317
9.2. Sören Kierkegaard (1813-1855) 322
9.2.1. Traços biobibliográficos 322
9.2.2. Pensamento filosófico de Kierkegaard 324
9.2.2.1. A luta contra Hegel 324
9.2.2.2. Kierkegaard pretende suprir este vazio 325
9.2.2.3. Observações críticas 327
9.3. Edmund Husserl (1859-1938) 328
9.3.1. Traços biobibliográficos 328
9.3.2. Pensamento filosófico de Husserl 329
9.3.3. Observações críticas 332
9.4. O Existencialismo de Martin Heidegger (1889-1976) 333
9.4.1. Traços bibliográficos 333
9.4.2. Introdução ao pensamento de Heidegger 337
9.4.3. Escólio – Facilitação do pensamento de Heidegger 339
9.4.4. Analítica existencial 340
9.4.4.1. Questão fundamental do ser 341
9.4.4.2. Problema da verdade e da linguagem 342
9.4.5. Observações críticas 342

Capítulo 10 – O Existencialismo de Sartre (1905-1980) 345
10.1. Traços Biobibliográficos 345
10.2. O Existencialismo de Sartre 348
10.2.1. Introdução 348
10.2.2. O existencialismo ateu 349
10.2.2.1. A ontologia sartreana 349
10.2.3. Observações críticas 352

Capítulo 11 – Existencialismo Jurídico 355
11.1. Dos Existencialismos Cristãos 355
11.1.1. Direitos naturais (1ª geração) 355
11.1.2. Direitos políticos (2ª geração) 356
11.1.3. Direitos sociais (3ª geração) 356
11.1.4. Direitos da era digital (4ª geração) 356
11.2. Da Ontologia Existencialista de Heidegger 357
11.2.1. A vivência da Primeira Guerra 357
11.3. Filosofia do Direito Heideggeriano 358
11.4. Lições de Heidegger 359
11.4.1. A Economia 361

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

11.5. Do Existencialismo Ateu de Sartre 363
11.6. Conclusão 365

Capítulo 12 – Outras Filosofias do Direito do Século XX 367
12.1. Culturalismo Jurídico 367
12.1.1. Emil Lask 367
12.1.2. Carlos Cóssio 367
12.1.3. Miguel Reale 368
12.2. A Lógica do Razoável – Luís Recansés Siches 368
12.2.1. Subsídios da Lei de Introdução ao Código Civil 369
12.2.2. Subsídios da Hermenêutica moderna 371
12.3. A Argumentação Tópica – Viehweg 374
12.4. Lógica Jurídica e "Nova Retórica" 376
12.4.1. O problema da racionalidade 376
12.4.2. Aristóteles "revisitado" 378
12.4.3. Visão geral da racionalidade em Aristóteles 378
12.4.4. Lógica e retórica 383
12.4.5. O problema dos valores 384
12.4.6. Conclusão 388
12.5. A Teoria da Justiça – John Rawls (1921-2002) 389
12.6. Filosofia do Direito – Do Século XX: Jürgen Habermas 391
12.6.1. O contexto em que viveu Habermas 391
12.6.2. O Direito segundo Habermas 394

Conclusão Final 399

Bibliografia 401

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br